

03.08.2019

mesa 7

14h00 - 15h30

**Lutas Urbanas:
Cultura e
Juventude**

coordenação
Viviane Salles
mediação
Levante Popular
da Juventude

Protagonismo Social, Desenvolvimento Local e Direito à Cidade

Por Ion de Andrade *

As cidades são espaços estratégicos para a construção da cidadania. Essa afirmação significa que a transformação das condições materiais da existência das pessoas (que são os espaços urbanos para 85% dos brasileiros) teria poder para multiplicar essa cidadania. Assim, o cotidiano das cidades e não apenas os episódios eleitorais quadrienais, seria o teatro onde se constrói a democracia e a sementeira onde brota uma cidadania estratégica.

Mas por que essa cidadania é estratégica, ou porque formá-la seria uma questão estratégica? Porque ao galgar níveis de emancipação mais avançados a cidadania poderia contribuir ativamente para a continuidade do processo de construção da Cidade/Sociedade; numa espiral positiva de realimentação.

Se isso for verdade, as ações para multiplicar em escala populacional esse cidadão emancipado e protagonista, capaz de tornar a construção da Ci(vili)dade irreversível, dependerão do que entendermos por emancipação.

Questão complexa, a emancipação do povo, que interessou de Hegel a Paulo Freire; atividade fim da ação sobre a Cidade e que a realimenta, deverá ocorrer inspirada num conceito de Homem que esteja alinhado à percepção de que essa emancipação é:

(a) a consolidação pelo povo de uma identidade social e política libertadora; a percepção da cosmologia da sua exclusão social, em linha com Paulo Freire¹ e (b) o desenvolvimento das potencialidades humanas, presentes como gérmen em cada sujeito, o que só poderá ocorrer coletivamente e em ambientes que tiverem sido propositadamente criados para esse fim (equipamentos coletivos) por um Poder Público que seja parte dessa “conspiração” emancipatória.

A emancipação é assim uma matriz de civilidade que une (a) uma identidade sócio-política e (b) um processo humanizador do Homem e das coletividades.

O pensador italiano Antonio Gramsci dizia que todo Estado carrega em si uma proposta de civilidade².

Qual seria então a proposta de civilidade contida nos interstícios do Estado brasileiro que cria cotidianamente essa sociedade tão desigual?

Como muitos pensadores brasileiros vêm apontando, a matriz da sociedade brasileira é escravocrata. Fala-se de um racismo estrutural. Esse é o âmago da proposta de civilidade do nosso Estado, continuador e sucedâneo da Casa

* Professor de Epidemiologia e Saúde Coletiva do Curso de Medicina da Universidade Potiguar, Pesquisador do Observatório de Pesquisa do Cefope/Escola Técnica do SUS/RN, vice presidente do Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição de Mãe Luiza, compõe o Núcleo RN do BR Cidades

Grande. Que meios, então, emprega o Estado para alcançar esse propósito “civilizatório”?

O filósofo francês Louis Althusser estudou a sustentação/reprodução da sociedade francesa do século XX. Para ele, os Aparelhos Ideológicos de Estado (a Escola, a Igreja, a Família) desempenhavam papel **ativo** nessa modelagem, conservando a sociedade como era.³

No Brasil, entretanto, o mecanismo que mantém a sociedade como ela é, como veremos, é **passivo: o contínuo abandono dos mais pobres à sua própria sorte para que jamais alcancem padrões ativos de cidadania.**

Esse é o modus operandi do Estado brasileiro tal como sempre foi a ação da Casa Grande sobre a escravaria, como exemplarmente descreve Darcy Ribeiro em “O Povo Brasileiro”.⁴ **Eis desvendado o mecanismo da Exclusão Social.** Eis como a escravidão invisível e consensual nos bate à porta, todos os dias, há séculos modelando e mantendo a Sociedade brasileira como ela é.

Esse Estado escravocrata produz com sua presença/ausência um Subdesenvolvimento Crônico das Periferias, que sustenta a Exclusão Social, fazendo com ela um todo único.

Ao longo do século XX, porém, as lutas do povo foram capazes de impor conquistas que trincaram a coerência desse edifício estatal excludente. É o caso do Sistema Único de Saúde, da Previdência Social, das leis contra o racismo, da universalidade da Educação Fundamental... É dispensável sublinharo quanto tudo opera para que essas conquistas persistam precárias para o povo.

O Estado brasileiro então atua:

(a) **primeiramente** precarizando e tentando anular as conquistas sociais anteriores; buscando impor, novamente, o abandono da escravaria à sua própria sorte e

(b) **em segundo lugar atuando para que não ocorram novas conquistas para além da linha da sobrevivência susceptíveis de emancipar os sujeitos.**

Ilustra essa realidade o fato de que os únicos equipamentos coletivos disponíveis nas nossas periferias são aqueles que decorrem de uma universalidade garantida por lei (a escola e a unidade de saúde) além da

creche, uma generosidade pública que libera os braços femininos para o trabalho.

O que fazer?

- (a) Primeiro é preciso entender a importância da atuação do Poder Público, seja ele o de um município, para o rompimento da lógica do abandono secular das Periferias à sua própria sorte;
- (b) Em segundo lugar é preciso entender que o Estado brasileiro não é homogêneo, o que permite uma disputa pelo Poder capilarizada até os municípios. Sob esse prisma as eleições municipais de 2020 estão recobertas de uma importância histórica. O entendimento desse mecanismo que nos mantém algemados à díade Casa Grande & Senzala, obriga à adoção pelo campo progressista de um projeto **visionário** de Sociedade alinhado à ideia do **Desenvolvimento local para a Inclusão Social**, o que coloca as Cidades (mas também as Zonas Rurais), no centro do tabuleiro;
- (c) Em terceiro lugar os municípios com prefeituras progressistas devem desde já entender que o seu papel, para além da garantia dos direitos elementares, é o de apoiar o protagonismo das comunidades na elaboração dos seus planos de desenvolvimento territoriais, construindo com elas uma agenda com cronologia definida de acesso à contemporaneidade, o que exigirá equipamentos coletivos específicos para o esporte, o lazer, a cultura e a dignidade e políticas públicas para fazê-los funcionar.

Em 2018 o professor de sociologia da Universidade de New York, Erick Klinenberg publicou o livro **Palaces for the People**.⁵ Classificado pelo New York Times como um dos melhores de 2018, ele é apresentado da seguinte forma: “O livro argumenta que a luta pela democracia é conquistada através do compromisso com uma forte infra-estrutura social. Bibliotecas, piscinas comunitárias ou parques servem como centros que unem as comunidades...”

Porém desde 2015, centrada na realidade brasileira, “A Carta de Natal” dos Movimentos Sociais afirma o mesmo. Diz o documento: “*São Equipamentos Sociais Estratégicos aqueles capazes de materializar oportunidades para as comunidades em múltiplas áreas e garantir que a vida possa transcorrer de forma digna e plena. São exemplos as bibliotecas, os teatros, as alamedas pedestres, os ginásios poliesportivos, as piscinas públicas, os centros culturais, as casas de idosos, ou os centros de velório, todos eles comumente ausentes*

das comunidades de baixa renda, resultando numa vida permeada de precariedades, dificuldades e sofrimentos”⁶

A Carta de Natal, cujo primeiro parágrafo sinaliza a necessidade “*da emancipação plena e irreversível da população que ainda vive em meio à precariedade e à exclusão social*”⁶ se inspirou das lutas de Mãe Luiza, um bairro popular de Natal onde uma comunidade organizada vem construindo um projeto de desenvolvimento local com base em equipamentos coletivos e na emancipação dos sujeitos.

A história de Mãe Luiza é um caso clássico. Seus primeiros moradores chegaram ali vindos do interior em finais da década de 40. O bairro foi sendo construído através das picadas e clareiras que iam sendo abertas na mata. Naqueles primórdios, esse verdadeiro êxodo, ocorrido, como de regra, sem nenhuma participação do Poder Público, produziu condições de vida de extrema precariedade.

Nos anos 80 o bairro ainda convivia com índices de mortalidade infantil da ordem de 70 por mil nascidos vivos, muitos adultos eram iletrados e as vagas nas escolas eram insuficientes. A infraestrutura urbana permanecia precaríssima, com inúmeras ruas não calçadas, muitas casas permaneciam de taipa ou de papelão e o acesso à água encanada ou à eletricidade era limitado. Em 1984 construiu-se, uma Igreja católica. O padre fundador, Sabino Gentili, criou também uma instituição civil, o Centro Sócio-Pastoral Nossa Senhora da Conceição, que pretendia, como ele dizia, emprestar a representatividade da Igreja para o enfrentamento dos problemas do cotidiano da comunidade.

Nessa lógica, a instituição centrou sua ação numa forte escuta das necessidades da comunidade que, por essa época, **vivia para sobreviver**.

Criou-se então um cursinho de alfabetização de adultos; uma escola de alfabetização de crianças; um projeto de enfrentamento da mortalidade infantil; uma escola de segundo turno para crianças com dificuldade ou evadidas da rede escolar e, finalmente, uma Casa de Idosos. Cada uma dessas iniciativas nasceu de um seminário temático. Elas jamais teriam sido implantadas se fossem depender do Poder Público e só foram possíveis pelo apoio contínuo de entidades estrangeiras articuladas pelo padre fundador, italiano. O Estado no Brasil lavava as mãos. O Centro coordenou também a urbanização, em

mutirão, da Favela do Sopapo e com assessoria da professora Dulce Bentes aprovou, na Câmara Municipal de Natal, uma lei de Uso e Ocupação do Solo.

Em 2006 o Centro constatou que os problemas vividos pela comunidade decorriam do seu **abandono crônico pelo Poder Público**, que havia produzido “propositadamente” um **Subdesenvolvimento perpetuador da Exclusão Social**. O Centro então organizou o primeiro seminário sobre o Desenvolvimento do Bairro com o tema “*Mãe Luiza lembra o seu passado e pensa o seu futuro.*” A comunidade refletiu sobre esse futuro à luz de uma identidade e de um itinerário, o que produziu uma visão rica e abrangente.

Nas discussões o povo percebeu as lacunas na Cultura, Esporte, Lazer, Profissionalização, beleza urbana e até na ausência de um Centro de Velórios. O Centro, ainda sem se dar conta da diferença qualitativa entre essa agenda nova e a anterior, se pôs em movimento. Em 2014 com o apoio da Fundação Ameropa e do Escritório Herzog & de Meuron o bairro de Mãe Luiza inaugurava o Ginásio Arena do Morro no terreno da Escola Estadual Dinarte Mariz.

O Ginásio gerido em co-participação comunidade/escola reúne o conjunto de entidades do bairro interessadas pelo esporte, o que inclui também diversas igrejas. Esse método deu ao ginásio sentido de pertencimento à comunidade e uma agenda de funcionamento que vai de domingo a domingo, de oito da manhã às dez da noite. A beleza da obra é autoestima e orgulha a todos.

Inaugurado o Ginásio, o Centro percebeu ter em mãos um **Modelo para o Desenvolvimento Includente e a Emancipação** centrado na implantação, com planejamento participativo, de variados equipamentos coletivos para o enfrentamento da Exclusão Social coerente com a Doutrina Social da Igreja.⁷

Em 2015 o Centro organizou um Seminário Popular, dessa vez com os movimentos sociais e comunitários de Natal, para refletir sobre o itinerário de Mãe Luiza e de como reproduzi-lo em outras comunidades semelhantes, com base, não mais na solidariedade internacional, como foi o caso para Mãe Luiza, mas numa ação pública em favor do Protagonismo Social, do Desenvolvimento Local e do Direito à Cidade. O seminário escreveu a Carta de Natal,⁶ documento que pretende, sem falsa modéstia, oferecer ao Brasil uma proposta popular de emancipação das periferias e de virada para um processo civilizatório novo centrado não mais na díade Casa Grande & Senzala, mas no binômio mutuamente benéfico Cidade & Cidadania.

Referências

1. Paulo Freire, A Pedagogia do Oprimido, Editora Paz e Terra, 1970. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf
2. Antonio Gramsci, Quadernos de la Cárcel, Tomo 3, pg. 342 Biblioteca ERA, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla, 1975
3. Louis Althusser, “Idéologie et Appareils idéologiques d’Etat”, in *Positions* (1964-1975), Paris 1976, p. 82-83
4. Darcy Ribeiro, O Povo Brasileiro, Global Editora, São Paulo, 2014
5. Erick Klinenberg, Palaces for the People: How Social Infrastructure Can Help Fight Inequality, Polarization, and the Decline of Civic Life, Crown Publishing Group, New York, 2018
6. Observatório das Metrópoles, A Carta de Natal, Natal 2015. Disponível em <http://observatoriodasmetrosoles.net.br/wp/desenvolvimento-local-e-direito-cidade-carta-de-natal/>
7. Pontifício Conselho de Justiça e Paz, Compêndio de Doutrina Social da Igreja, Libreria Editrice Vaticana, Roma 2004. Disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html